



ID: 65244477

12-07-2016

# Ensino Superior – autonomia e desburocratização



**Sebastião Fayo de Azevedo**  
Prof. catedrático, reitor da Univ. do Porto

**L** Realizou-se na passada sexta-feira, dia 8, na Universidade do Minho, uma conferência sobre Organização e Desenvolvimento do Ensino Superior, promovida pelo Conselho Nacional de Educação. Foi uma conferência muito relevante, na medida da relevância dos estudos superiores para o nosso desenvolvimento coletivo. Discutiu-se em

particular o tema central da autonomia e desburocratização na governação e gestão das instituições do Ensino Superior (IES).

2. O problema da autonomia que nos falta e da burocracia que nos sobra continua por resolver de forma satisfatória. O Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior, publicado em 2007, abriu uma janela de oportunidade ao desenvolvimento das instituições que apresentassem indicadores de sustentabilidade adequados, nomeadamente de receitas próprias, através da adoção de um quadro jurídico de Fundação Pública de Direito Privado. Com a crise que se abateu sobre Portugal, uma grande parte deste potencial de desenvolvimento esfumou-se, num



**O desenvolvimento do Ensino Superior passa pela adoção dum modelo autónomo reforçado que permita a gestão ágil e desburocratizada das instituições. Doutra forma corremos o risco de nos tornarmos irrelevantes internacionalmente**

exemplo dos erros cometidos em várias das medidas adotadas no reinado da troika. Mais do que nunca, na conjuntura das restrições financeiras significativas que se mantém, essa janela para o desenvolvimento das IES passa pela adoção dum modelo autónomo reforçado que permita a gestão ágil e desburocratizada das instituições, naturalmente que responsável e auditada. Doutra forma corremos o risco de ficar para trás, de nos tornarmos irrelevantes internacionalmente.

3. Neste momento, quatro instituições adotaram já este modelo fundacional – as universidades do Porto e de Aveiro, o Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE) e mais recentemente a Universidade do

Minho. É boa notícia, segundo o que é público, que a Universidade Nova de Lisboa caminha para adotar este modelo. Será boa notícia que a Universidade de Coimbra consiga avançar no processo que anunciou ter aberto. É um modelo que deve ser aprofundado e aperfeiçoado, que não deve parar ou ter hiatos. É na autonomia e desburocratização que tem de assentar um necessário contrato de confiança com o Governo. Será com esses instrumentos que as instituições serão capazes de suprir a escassez de recursos públicos com que se debatem e de atingir os níveis de qualidade e projeção internacional que os meios humanos e patrimoniais que atualmente detêm as capacitam a atingir.